

PRÁTICA TEÓRICA

Abel Barros Baptista

Instituto de Estudos de Literatura e Tradição
Universidade Nova de Lisboa

A teoria da literatura é coisa de professores. Essa, pelo menos, a reputação estabelecida, talvez não entre os mesmos professores, que o mais provável é preferirem-na póstuma desde que deixou de ser viável supô-la genuína emanção do reino do inteligível. Essa preferência decerto evita insinuar no debate intelectual assuntos como contratos ou planos curriculares, aglomerado acessório ou trivial se comparado com o difícil problema dos limites da interpretação ou a inesquecível falácia da intenção. Trata-se, porém, menos de preferência do que noção idealista entranhada na própria disciplina; bem sucedida na exclusão do difuso aglomerado institucional e para evitar que

retorne, obriga-se a preferir o póstumo ao activo, compraz-se em mortes e outras coisas animadas de grande desejo de futuro.

O meu propósito aqui é genuinamente celebrante. Enquanto professor, julgo que os marcos que determinaram o nosso mundo mobilado por coisas de professores — ou porque ajudaram a dar-lhe forma ou porque nos inspiraram enquanto vivemos nele — devem ser celebrados como exemplos da própria possibilidade de continuar a celebrá-los, a qual inclui por força uma ideia de universidade e um compromisso com uma ideia de universidade. O exame inerente à celebração está por isso de antemão determinado por alguma ideia de continuação, conservação ou persistência: se a teoria da literatura é coisa de professores, é coisa delimitada por uma ideia de universidade; e se a celebração da Teoria da Literatura — o livro e a disciplina epónima — tem lugar na universidade, a discussão inerente implica a responsabilidade de a orientar segundo uma ideia de universidade.

Deixada esta advertência, começo por recordar um incidente académico.

1.

Era aqui mesmo, em Coimbra, há cerca de dez anos. Durante as provas de doutoramento do meu colega e amigo Osvaldo Manuel Silvestre, deu-se esse aliás pequeníssimo incidente que pode ajudar a situar a jornada de hoje, de que ele é aliás um dos promotores. A certo ponto da resposta ao segundo arguente — justamente o Prof. Vítor Aguiar e Silva, também orientador —, Osvaldo Silvestre parafraseou um breve ensaio de Richard Rorty, “Looking back at ‘Literary Theory’”, no ponto em que diz que, sendo a diferença entre Auerbach e Spivak tão grande como a que separa Heidegger de Carnap, quem for capaz de ler ambos os membros de cada par atinge o máximo de interdisciplinaridade que se lhe pode razoavelmente exigir. O Prof. Aguiar e Silva interrompeu o arguido para, com veemência, qualificar o ensaio de Rorty como “o texto mais lamentável que...”.

Não recordo com precisão o âmbito de referência do superlativo e sou incapaz de reconstituir sequer vagamente a discussão em curso. O adjectivo “lamentável”, esse dou-o por seguro. Pareceu-me que o arguente não criticava o arguido por se abonar com um texto lamentável, manifestava a sua inconformação com a própria existência do texto lamentável.

Sublinho que foi uma impressão passageira e apenas a menciono para introduzir o meu assunto, que não é o choque entre mestre e discípulo, orientador e orientando, arguente e arguido. Há no ensaio de Rorty duas coisas que contribuem para meu interesse actual no incidente.

A primeira é dizer que a teoria da literatura se tornou um chapéu surrado, *old hat*, com muito uso e fora de moda. A segunda coisa é a apologia de uma atitude de *laissez-faire* (denominação do próprio Rorty) na definição das exigências a colocar aos estudantes dos programas de filosofia e estudos literários, e que consistia basicamente em deixá-los livres para... *following their noses*. Realço a locução original, porque muito do assunto que me interessa tem que ver com seguir sendo conduzido, por mestre ou compêndio, ou seguir suspendendo o seguimento, acólito ou anacoluto.

A conjugação do chapéu usado com a liberdade de ser senhor do próprio nariz, trazida a uma prova de doutoramento em teoria da literatura, com o candidato a orientar o nariz no sentido do apologista de seguir o nariz, podia por sua vez tornar-se ali sugestão de que a obsolescência dos debates e argumentos que ocupavam a prova ia a par da caduquice dos critérios e padrões de exigência que nela vigoravam. Eis sumariamente a situação particularíssima do incidente: poucos textos, com efeito, poderiam ser tão devastadores para o doutoramento em teoria da literatura, afectando tanto a especialidade em que o grau é atribuído como a prova de cuja superação depende a atribuição.

Naturalmente, nada disto esteve presente naquele momento; nem pretendo, longe de mim, oferecer alguma explicação para o “lamentável” acolchetado ao ensaio de Rorty.

Parece-me agora, como me pareceu então, um qualificativo tão compreensível como injusto; seria no entanto mais injusto e decerto menos compreensível pretender constituí-lo assunto de discussão, 10 anos depois, sem memória segura, ainda por cima longe da Sala dos Capelos. A veemência da interrupção, entretanto, sugere que, fosse o que fosse a exigir o repúdio do autor da *Teoria da Literatura* que hoje celebramos — se era precisamente ele quem ali estava —, não havia de ser coisa acidental ou trivial, e pelo contrário talvez decorresse, não apenas de desinteligência profunda ou insanável na relação com a teoria da literatura — o que parece óbvio —, mas ainda de desinteligência profunda ou insanável sobre a ideia de universidade. Supondo, por exemplo, que se tornou moda dizer que a teoria da literatura nunca foi mais do que uma moda, a declaração de Rorty, seguindo esta outra moda, seria mais nefasta para certa ideia de universidade do que para a teoria da literatura. Por outras palavras, a recordação daquele episódio animou-me a formular a hipótese de que a relação da teoria da literatura com a universidade pode ser mais eloquente a respeito da universidade do que a respeito da literatura, e nesse caso a mera consideração da possibilidade de conservar a literatura na universidade sem incluir na conservação a teoria da literatura, implicaria, senão uma perturbação, uma reavaliação da ideia de universidade. Do mesmo modo, aliás, que a reconsideração da ideia de universidade pode abrir caminho a soluções para os estudos literários além da opção entre o repúdio da teoria e a preservação nos moldes familiares.

É uma primeira exploração dessa hipótese que pretendo deixar nas observações seguintes.

2.

Se tivesse de deduzir uma lição única, a subordinar as outras no ensaio de Rorty, seria formulada como comecei: a teoria da literatura é coisa de professores. Os professores estão logo na primeira frase: “Nos anos 70, professores dos departamentos

americanos de literatura começaram a ler Derrida e Foucault”. O tom roça a trivialidade e talvez seja calculadamente leviano. Já a segunda frase é menos trivial, talvez porque falsa: “Uma subdisciplina chamada ‘teoria da literatura’ ganhou forma.” (Rorty, 2006: 63). O resto do parágrafo esclarece o assunto: a ideia de que o texto literário podia ser “teorizado” com proveito ajudou a que certos professores de literatura ensinassem os seus filósofos preferidos e os alunos escrevessem dissertações sobre tópicos filosóficos, e ajudou também a incrementar o emprego para professores mais preparados em filosofia do que em literatura.

O próprio Rorty se dá como exemplo: professor de filosofia em Princeton, a seguir de Humanidades na Virgínia, acabando no Departamento de Literatura Comparada de Stanford. Embora garanta que, nos seus cursos e escritos, fez na maior parte o que teria feito se tivesse ficado em Princeton, não deixa de se mostrar contente por ter podido aproveitar o facto de a filosofia ter estado na moda nos departamentos americanos de literatura. E aqui acrescenta a adversativa que orienta o ensaio: “mas nunca foi mais do que uma moda” (*id.*). Rorty não deplora a moda, até a aceita sem dificuldade: perto do final, enfatiza que as humanidades devem regozijar-se com a tendência para seguir as modas, pois a alternativa seria o escolasticismo estéril. “Não ser mais do que uma moda” é por isso menos uma depreciação do que arremetida contra a transformação da moda em etapa necessária de algum processo histórico, de que resultasse força coerciva.

Não há nenhuma razão — escreve — que obrigue os estudantes de literatura a ler livros de filosofia. Decerto que é bom que saibam alguma coisa de filosofia. Mas também é bom que saibam alguma coisa de muitas outras coisas — antropologia, psicanálise, religião, por exemplo. Idealmente, deviam ser lidos em vários géneros literários. Deviam dominar bem várias línguas.

Haviam de beneficiar muito de uma boa compreensão da história social e política e dos problemas da política actual.

Mas não podem fazer tudo (*id.*: 64).

Nova adversativa a decidir a direcção do argumento: a frase é banal, mas não se detém na consideração dos limites diante da imensidão da tarefa, prepara radicalmente a limitação da própria tarefa, como comprova esta exemplificação:

Muita crítica de primeira água foi escrita por pessoas que só falavam uma língua, ou que leram muitos romances mas praticamente nenhuma poesia, ou que não tinham preocupações políticas, ou eram filosoficamente analfabetos, ou tinham pouco sentido da história (*id.*: 64).

Neste ponto, decerto todos sentimos muito a falta de exemplos. O argumento entretanto fica claro: a delimitação do que seja a “sólida preparação” num dado campo disciplinar das humanidades é tão contingente como a preparação daqueles que escreveram livros ou artigos capazes de marcar ou transformar esse campo ou a noção que dele tínhamos. Não há nenhuma ordem natural de prioridade nem nenhum conjunto de preceitos metodológicos que prescrevam os livros a ler primeiro, os livros a ler depois, os livros que podemos deixar de ler. Como diríamos em vocabulário português corrente, não há leituras obrigatórias; o que se pode fazer, a única coisa que se pode fazer, agora em vocabulário de Rorty, é *following one's nose*. Eis a passagem decisiva do ensaio:

A meu ver, tanto os departamentos de literatura como os de filosofia deviam ser lugares em que os estudantes recebessem muitas sugestões acerca da espécie de livros que poderiam ter interesse em ler e fossem depois

deixados livres para *following their noses*. Os membros desses departamentos não deviam preocupar-se com a natureza da sua disciplina ou com o que a torna distinta. [...] Nem deviam especular sobre se um ‘verdadeiro comparatista’ tem de conhecer pelo menos uma literatura de pelo menos uma língua não-europeia bem como umas poucas europeias. Não deviam criar confusão em volta do que significa ‘uma sólida preparação’ no seu campo. Deviam apenas preocupar-se em encontrar estudantes intelectualmente curiosos para admitir nos estudos pós-graduados e em saber como ajudá-los a satisfazer a sua curiosidade (*id.*: 65-66).

Este parágrafo suscita algumas perguntas difíceis. Desde logo, que razão há para que seja necessário escolher entre, por um lado, debater a especificidade da disciplina, vigiar os limites dessa especificidade e dela deduzir os padrões de “sólida preparação”, e por outro recrutar estudantes para os deixar livres de seguir os seus propósitos sem a tutela de regras ou professores? Abandonar a preocupação com a especificidade, os limites e a natureza da disciplina não significa abandonar a disciplina, diluindo-a numa prática indiferenciada, ecléctica, impressionista? E se assim é, que sentido há em recrutar estudantes e procurar os meios de os deixar livres de serem senhores do seu nariz?

Dir-se-ia que a condição de continuidade dos estudos literários na universidade, segundo Rorty, depende do abandono daquela porção deles que procura o traço distintivo e os limites da disciplina — o abandono da teoria, em suma. Mas seria pedir demais ao abandono, à teoria e ao mesmo Rorty. A condição de continuidade dos estudos literários é simplesmente haver estudantes na *graduate school*, isto é, haver candidatos a substituir os atuais professores. Mas não chega, claro: depende também de uma reconfiguração do trabalho universitário que não se circunscreve aos limites dos estudos literários, desde

logo porque não se funda em nenhuma definição de especificidade. A atitude de *laissez-faire* resume o programa e a linha de conduta: encontrar os melhores estudantes e ampará-los na tarefa de se tornarem senhores do seu nariz.

3.

O que nos protege então de recair no impressionismo, no eclectismo, na opinião caprichosa e irresponsável? O que nos garante que a coisa — a coisa de professores — não descamba? Parece óbvio que estas perguntas provêm de algum lugar definido pela suposição de que a teoria nos mantém seguros e orientados. Por outro lado, se é também claro que a coisa já descambou, não é ainda claro o que era ou o que se projectava que a coisa fosse antes de descambar.

Outra Teoria da Literatura, a de Wellek e Warren, oferece a melhor descrição de um projecto de organização universitária determinada por um corpo articulado de proposições teóricas. Pode ler-se na última secção do livro, intitulada “a situação académica”, que analisa o estudo da literatura na *graduate school*. O ponto de partida descreve o desalento dos jovens americanos que nela ingressam para obter o doutoramento na expectativa de receberem «a serious literary education» (Wellek, Warren, 1949: 285) mas encontram tão-só a mera escolha entre o historicismo de antiquário e o diletantismo. A resenha da situação em Inglaterra, França, Alemanha e na Rússia não oferece melhor, porém serve aos autores para afirmarem que a universidade americana, como de resto se comprovou, dispunha de condições privilegiadas para alterar a situação de acordo com objectivos claros: reconstituir o estudo académico da literatura numa direcção vincadamente crítica, remeter a uma posição subsidiária os estudos de antiquário, demolir o nacionalismo e o provincianismo linguísticos, promover relações activas com a literatura contemporânea, conferir aos estudos académicos de literatura uma consciência teórica e crítica.

Animados da convicção de que a crise do ensino avançado

da literatura podia remediar-se por meio de reforma institucional, Wellek e Warren oferecem neste capítulo uma discriminação precisa e coerente dos passos necessários. Resumo os três principais. Em primeiro lugar, a redefinição da *graduate school*, atribuindo-lhe a tarefa de introdução dos estudantes ao conhecimento dos objectivos e métodos do estudo da literatura e de supervisão crítica dos seus escritos e leituras. Em segundo lugar, a reforma do PhD, que passaria a ser em literatura, não em filologia inglesa, francesa ou alemã, e se atribuiria a quem dominasse, além das literaturas americana e inglesa, a teoria literária e os métodos da crítica e fosse capaz de, sem impressionismo, analisar e discutir obras literárias nas aulas. A contratação de professores, em terceiro lugar, havia de privilegiar tipos de “mente e de método”, em vez da especialização em períodos ou autores, já que o professor se distingue pelo tipo de compreensão que o treino nos métodos de análise literária lhe proporciona, pela capacidade de avaliar criticamente as publicações no seu campo, de analisar os pressupostos e a lógica dos outros especialistas, e sobretudo de analisar um poema ou um romance. Além disso, o professor deveria estar ligado à actividade literária, mesmo não sendo poeta ou romancista, valorizar e fazer a sua apologia da literatura.

O esteio desta proposta de reforma é a afirmação da necessidade de estabelecimento na universidade do estudo da literatura fundado numa determinação disciplinar forte. Teoria, método e crítica definem a vereda por onde conduzir os alunos na direcção certa, determinam o perfil dos professores e asseguram a reprodução da própria escola como lugar em que todos actuam subordinados a uma ideia de esforço colectivo que os vincula a um mesmo empreendimento.

Entretanto, a natureza do empreendimento é problemática: como convivem no mesmo professor o teórico e o literato apologista? O estudo teórico e metodológico da literatura requer um suplemento de apologia, porque não é óbvia a vantagem de estudar literatura na universidade? Porque

a comprovação da possibilidade de a estudar “cientificamente” não chega para remover as dúvidas ou obstáculos? Quem são os destinatários da apologia, os estudantes que ingressam voluntariamente na escola ou a universidade que abriga a mesma escola? Se não basta dizer, parafraseando Max Weber, que o próprio facto de a universidade incluir estudos de literatura afirma que vale a pena conhecê-la, então os estudos literários não têm sossego, estarão sempre em crise, obrigados a dividir-se entre o conhecimento e a apologia.

Daí que o projecto da *graduate school* de Wellek e Warren já descambasse na própria proposta muito antes de Rorty ter pegado no assunto. Note-se que o requisito da apologia não pode ser satisfeito por meio de nenhum programa de instrução, nem certificado por meio de nenhuma prova; é até eminentemente falsificável, uma vez que não pode ir além de oferecer argumentos com suplemento de fé avaliável em função dos mesmos argumentos mas improvável como expressão do sujeito. Mas pode supor-se que o requisito da apologia se satisfaz de forma tácita, se implicado na ligação do professor à literatura enquanto actividade actual e extra-universitária. Por isso a razão de o projecto descambar é afinal a mesma condição do seu pleno sucesso.

De facto, a apologia sujeita o professor ao empreendimento colectivo universitário *em nome da literatura*. A aceitação do vínculo institucional fica marcada por um traço específico de dupla responsabilidade: o professor aceita as condições da profissão universitária e transfigura-a em compromisso com a literatura. Poeta ou ensaísta, está na universidade como espécie de representante da literatura que quer ser, deve ser e é obrigado a ser um professor *como todos os outros*, sendo ao mesmo tempo diferente de todos os outros por se ocupar de um ramo especial do conhecimento.

O projecto de Wellek e Warren pressupõe dois mundos distintos, o da universidade e o da literatura, e pela mesma operação fá-los coincidir na necessidade histórica do empreendimento

colectivo: como se literatura precisasse de ser ensinada na universidade para ser literatura, e a universidade precisasse de ensinar literatura para ser universidade. Essa construção estipula sem surpresa o privilégio da literatura contemporânea. Recordo as linhas finais do capítulo a que me venho referindo:

O estudo da literatura nas nossas universidades — o que ensinamos e o que escrevemos — deve ser decididamente literário. Deve virar as costas aos detalhes aprazíveis da ‘investigação’ e orientar-se para os vastos problemas por resolver da teoria e da história literária. Deve receber estímulo e orientação da literatura e da crítica contemporânea — da participação na literatura enquanto instituição viva (Wellek, Warren, 1949: 298).

Vale a pena dizer também, como diria Rorty, que esta ideia ajudou a criar muitos postos de trabalho para poetas e romancistas, mas a minha maior pena é que Rorty não tivesse sabido da frase que se atribui a Nemésio, contente por ser poeta entre os universitários e universitário entre os poetas. Seja como for, o problema da relação com a “instituição viva” não se resolve trazendo poetas e romancistas para dentro da universidade.

Esse problema, creio eu que se formula bem assim: os estudos literários, para se constituírem universitários, devem diferenciar-se das outras disciplinas universitárias e, ao mesmo tempo, das formas não universitárias de estudar ou de falar sobre a literatura. O requisito da apologia da literatura sinaliza a dificuldade de resolver esta dupla exigência sem ruptura com a “instituição viva”, sem impedir que esta se reconheça nos estudos universitários que dela se ocupam. A teoria da literatura concebeu-se como disciplina universitária, científica, metódica, separada da instituição literária mas em íntima relação com ela, quando teve um momento raro de felicidade graças a certa coincidência com o modernismo, que lhe deu a ilusão de

superar de vez aquela dificuldade: com o modernismo, a literatura teria chegado à etapa superior do seu desenvolvimento histórico, fundindo-se num mesmo processo o conhecimento e a experimentação, a interrogação da especificidade e a prática demolidora de qualquer padrão de reconhecimento da especificidade.

A aliança entre formalismo e modernismo poderia assim destroçar as eventuais resistências e derrubar as portas da universidade. Entretanto, a fazer fé em Boris Eichenbaum, no caso russo, os formalistas nem sequer encontraram portas. Num dos mais notáveis ensaios disponíveis sobre o movimento, “A teoria do ‘método formal’”, Eichenbaum descreve assim o assunto das portas e resistências:

Quando os formalistas apareceram, a ciência académica, que ignorava completamente os problemas teóricos, lançava mão de velhos axiomas da estética, da psicologia e da história, e tinha de tal forma perdido de vista o seu objecto de estudo, que a sua própria existência se tornou ilusória. Nem precisámos de lutar contra ela: não precisámos de empurrar portas abertas, porque nem sequer havia portas (Eichenbaum, 1926: 35).

É também muito pitoresca a pequena parábola de Jakobson, logo a seguir à formulação da célebre ‘literariedade’: os professores de literatura faziam lembrar um polícia que, querendo prender certa pessoa, prendia quem quer que estivesse em casa e até os que passassem na rua. É que não tinham disciplina própria, usavam um aglomerado artesanal de coisas pertencentes a outras. Daí, como se sabe, a constante acusação de eclectismo dirigida aos antecessores e aos adversários do movimento. A falta de portas ou a confusão do polícia produziam entretanto a convicção de uma necessidade imperiosa, a de uma *ciência da literatura*. Cito uma passagem extraordinariamente

eloquente da parte final desse ensaio de Eichenbaum, publicado em 1926, no limiar da supressão do movimento.

A evolução do método formal que apresentei tem o aspecto de um desenvolvimento sequencial de princípios teóricos, deixando de lado o papel que cada um de nós desempenhou. Na verdade, o trabalho do grupo Opozay foi genuinamente colectivo. Isso deve-se obviamente a termos percebido desde o princípio a natureza histórica do nosso empreendimento e não o termos visto como tarefa deste ou daquele indivíduo. Foi esse o nosso principal nexa com o tempo. A ciência evolui sempre e nós evoluímos com ela (Eichenbaum, 1926: 73).

A necessidade histórica enquanto causa do trabalho colectivo, podendo ler-se já como arma de defesa do movimento formalista diante dos ataques severos, é o propósito constitutivo de todo o ensaio, em operação retrospectiva e não sei se também retroactiva. O movimento colectivo é necessário porque estabelece uma disciplina que é ela própria necessária. E em virtude dessa necessidade histórica, o movimento poderia até chegar a ser suprimido sem deixar de produzir efeitos de forma estável e duradoura. Como aliás aconteceu. Os formalistas russos estruturaram um dispositivo conceptual que decidiu por muito tempo não apenas a disciplina chamada teoria da literatura como a sua integração no posto de comando dos estudos literários universitários. Esse dispositivo consiste na simples unidade de três postulados:

1. *Postulado da necessidade.* A teoria da literatura responde à necessidade, criada pelo processo histórico da literatura, noção e instituição, de substituir as modalidades indiferenciadas e obsoletas de estudar literatura por modalidade a um tempo científica e ligada à actualidade da criação literária.

2. *Postulado da especificidade.* As modalidades indiferenciadas e obsoletas tinham em comum evitar o que faz com

que a literatura seja literatura. A teoria da literatura pode constituir-se em disciplina autónoma, contra o eclectismo e a indiferenciação, porque a especificidade da literatura existe e pode ser determinada.

3. *Postulado da especialidade.* A teoria da literatura garante aos estudos literários uma especialização que, enquanto universitária, os distingue das outras disciplinas universitárias, e, enquanto especialização, os distingue das formas impressionistas, diletantes, jornalísticas, comerciais ou familiares de abordar a literatura.

A unidade dos três postulados suporta a teoria da literatura como disciplina epónima dos livros de Wellek e Warren ou Aguiar e Silva. As diferenças que os separam, as diferenças que os separam de si mesmos através de várias edições, se não exprimem necessariamente a edificação de um dispositivo institucional em torno da ideia de teoria da literatura como núcleo disciplinar dos estudos de literatura, dão dela testemunho, e por isso pertencem à classe de livros que se designam sem equívoco com o nome da disciplina: “teoria da literatura”, apenas, como outros se chamam “trigonometria” ou “química orgânica”.

Claro que essa “teoria da literatura” não coincide exactamente com a “literary theory” de que fala Rorty: mas a incoincidência é um dos sinais da corrosão a que a unidade dos três postulados tem estado sujeita. Quando se ouve que a teoria da literatura acabou ou vai acabar em breve, só pode ser isso que as vozes que o dizem querem dizer.

Por outro lado, creio indispensável reconhecer que permanecemos dentro do dispositivo institucional fundado na teoria da literatura como núcleo dos estudos literários. O projecto de reforma detalhado por Wellek e Warren, não correspondendo exactamente à nossa realidade local, corresponde exactamente à nossa realidade de referência, isto é, a um mundo com uma universidade que não concebemos sem literatura, com uma universidade, também na nossa realidade local, que

reconhece na literatura um ramo autónomo do conhecimento e não dá sinal de querer alterar esse reconhecimento.

Assim, se por um lado a degradação do fundamento do edifício em que vivemos parece pedir uma reforma de envergadura, não dispomos para a levar a cabo de um programa claro e impreterível como aquele que o criou. Não dispomos sequer de programa ou de consenso em torno da sua necessidade. O facto de a unidade dos postulados que produziu esse dispositivo se ter desfeito não significa que os próprios postulados tenham caído na desgraça de se revelarem manifestamente falsos.

O problema, no entanto, é o que fazer com eles.

Com os dois primeiros, creio que não temos que fazer nada; já quanto ao terceiro, não vejo alternativa a reconfigurá-lo, num processo sem termo e que seria mais bem designado como *prática teórica*. Evoca Althusser, e com ele a época dourada da teoria parisiense, mas as práticas teóricas de Althusser estavam sujeitas a uma Teoria com T maiúscula, ou “teoria geral”, e a que tenho em mente seria apenas um conjunto de experiências e linhas de conduta em que a teoria fosse parte da experiência do texto como intensificação da inteligência da literatura. A prática teórica assentaria num princípio simples: ater-se à materialidade do texto como evento decisivo da inteligência em literatura. O que nos antecede e sujeita é esse texto, e nesse sentido a prática teórica não é decorrência da grande teoria nem tem nela nenhum desfecho. E daí o lema ou simples divisa, os mais adequados para esse programa de reconfiguração do postulado da especialidade: alargar a rede de possibilidades, demolir, reduzir ou desactivar os mecanismos e forças de estreitamento da rede de possibilidades.

A prática teórica tem um sentido preciso enquanto prática universitária: partindo de textos, não admite unidades enquanto etapas em direcção à completude de um curso e correspondente grau. Proporciona uma experiência em princípio acessível a qualquer aluno independentemente do curso

em que está inscrito, livre de contribuir para o perfil do aluno à saída, como agora se diz, ou de se adicionar aos conhecimentos que o habilitam a fazer isto ou aquilo. A aula de literatura circunscreve uma experiência que é especializada por força do texto ou textos que o aluno encontra e diversificada por força das conexões disciplinares que são ou podem ser feitas.

Mas é decisivo reelaborar estas generalidades em função de uma diferenciação de níveis. Falamos demasiado em ensino da literatura na universidade como se não houvesse nenhuma distinção necessária entre licenciatura, mestrado ou doutoramento. A universidade portuguesa viveu demasiado tempo com o único nível da licenciatura, e ainda alimenta a tendência para o reproduzir na configuração dos outros dois preservando naquela a estrutura e a concepção típicas de quando era a última etapa da formação avançada do estudante.

Em todo o caso, não tenho dúvida de que o doutoramento é o nosso actual ponto crítico do edifício que chamamos muito imprecisamente estudos literários universitários: enquanto cume da especialização que o define e condição da sua continuidade. Acontece que a natureza do grau sofreu uma alteração, talvez um dano: no próprio momento em que o doutoramento passou a exigir-se como grau de acesso à carreira universitária, deixou de se entender, no processo e no resultado da sua atribuição, como grau específico de qualificação para a profissão universitária. A pergunta “Como orientar uma tese nestas condições?” sinaliza bem o ponto crítico.

A preocupação principal consentânea com a prática teórica seria subordinar a estipulação do que se exige dos candidatos à criação de um ambiente intelectual em que tenham liberdade para ganhar familiaridade com o próprio nariz e confiança para o seguir. Num modo que se poderia descrever com ligeira adulteração da parábola de Jakobson, cujo polícia parecia saber a identidade do sujeito a capturar: a prática teórica de literatura seria comparável à acção de um detective

que não soubesse quem procurava e assim fosse falando com quem procurasse e com quem lhe aparecesse no caminho.

Como retomar então o postulado da especialidade? O começo sensato seria assentar em que uma coisa é estudar muitas coisas para estudar literatura e outra coisa, estudar muitas coisas e entre elas literatura: mas como se chega a distinguir uma coisa da outra no próprio processo de as manter confundidas numa experiência única?

Gostaria de citar uma passagem da conferência de Alcir Pécora, há dois anos, num encontro ocorrido na Gulbenkian sobre a situação das Humanidades, promovido por, entre outras, esta mesma Faculdade de Letras. Em resposta à pergunta, “o que é para nós fazer pesquisa?”, o professor brasileiro escreve:

Não acho que esteja simplificando muito se disser que se trata de ler vários livros em torno de certo assunto, entregando-se a seus diferentes vocabulários, às suas redes semânticas, algumas mais previsíveis, outras imprevistas, deixando-se mesmo conduzir por elas; e então, conhecer algumas das circunstâncias referidas nos livros, conversar com diferentes pessoas que as conheceram, sob diversos pontos de vista, e então ler mais livros que podem ou não falar delas, até que sobrevenha uma ideia suficientemente densa e, de preferência, original, capaz de reorganizar o conjunto. [...] o que parece mais atraente num estudo de Humanidades é menos antecipar o futuro e resolver problemas, mas quase o contrário: perder tempo com o assunto sobre o qual alcançamos uma espécie de autoria (Pécora, 2015).

Esta descrição amplia, a meu ver com muitas vantagens, a proposta de Rorty. É uma boa descrição do que fazemos nas humanidades, e uma excelente apresentação do programa de trabalho, ou seja, da prática teórica que se espera de um candidato

ao doutoramento. E no termo, introduz a palavra decisiva, que me permite apropriar-me do conjunto para o propósito de reformulação do postulado da especialidade: *autoria*. De facto, o que a palavra autoria implica é a) a finalidade da prática teórica é um escrito, b) a actividade da pesquisa e a actividade da escrita são radicalmente heterogéneas, c) a pesquisa é o domínio em que predomina ou pode predominar a dispersão, as leituras sem supervisão, a passagem entre as fronteiras disciplinares, ao passo que a escrita é o próprio terreno da especialização, ou melhor, o terreno em que uma autoria define, constitui uma especialização enquanto unidade entre conhecimento e composição, entre argumento e estilo, ou seja, em que a investigação se dilui na composição de uma assinatura.

A especialização enquanto autoria seria, assim, o melhor caminho para reabilitar nos estudos universitários de literatura o género do ensaio, afinal quase intocado pela teoria da literatura em décadas de teorização e análise. Seguir o nariz, o faro ou o cheiro, conversar com pessoa ou almejar autoria, são no fundo formulações equivalentes para ensaio. A arte do ensaio é a melhor forma de prosseguir nos estudos literários, de proceder no meio de fálências, acabamentos e mortes, a melhor forma de procurar uma orientação através da experiência, de ensinar e de escrever, em suma, da prática teórica, sem Teoria com T maiúsculo.

Referências bibliográficas

EICHENBAUM, Boris (1926). “La théorie de la ‘Méthode formelle’”. *Théorie de la littérature. Textes des formalistes russes réunis, présentés et traduits par Tzvetan Todorov*. Ed. Tzvetan Todorov. Paris: Éditions du Seuil.

PÉCORA, Alcir (2015). “As Humanidades depois da crise” (original dactilografado).

RORTY, Richard (2006). “Looking back at Literary Theory”. *Comparative Literature in the Age of Globalization*. Ed. Haun Saussy. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.

WELLEK, René, WARREN, Austin (1949). *Theory of Literature*. Nova Iorque: Harcourt, Brace and Company.